



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**SEÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**Rua do Acre, 80- sala 604-Centro/Rio Janeiro –CEP: 20.081-000**  
**Telefone/Fax: 2282-8682 -2282-8016**

## **E D I T A L**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/16**

Proc. nº TRF2-EOF-2015/00192

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, **Portaria nº 307 de 15 de setembro de 2015**, torna público, a abertura do certame licitatório na modalidade de pregão eletrônico, realizado por meio da internet, no *site*: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). O certame será regido pelas disposições das Leis 8.666/93 e 10.520/02, do Decreto 5.450/05, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, Decreto 6.204/07, Resoluções nº 169/2013 e 183/2013 do CNJ e **Instrução Normativa 1/2013 do CJF** e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

<b>ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA</b>	
<b>Data: 07 de abril de 2016</b>	<b>Horário (de Brasília) 14h00</b>
<b>Local: <a href="http://www.comprasnet.gov.br">www.comprasnet.gov.br</a></b>	

CÓD SIASG – 21687

Fazem parte deste Edital:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Planilha de Formação de Preços da Mão de Obra;
- Anexo III - Termo de Conciliação;
- Anexo IV - Declaração conforme Resolução **nº 156 de 08/08/2012** do CNJ;
- Anexo V - Declaração conforme **Res. nº 9 de 06/12/2005** do CNJ;
- Anexo VI - Planilhas de Formação de Preços de material de consumo;
- Anexo VII - Quantitativo e orçamento de equipamentos;
- Anexo VIII - Planilha orçamentária - EPI- manutenção predial;
- Anexo IX - Planilha orçamentária de uniformes;
- Anexo X - Planilha orçamentária - Instrumentos de Medição;
- Anexo XI - Planilha orçamentária - Ferramentas de uso individual;
- Anexo XII - Planilha orçamentária - ferramentas de uso coletivo;
- Anexo XIII - Minuta do Contrato Administrativo;



1 - **OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, para a operação e manutenção das instalações de média e baixa tensão e do sistema de proteção contra descargas atmosféricas dos prédios ocupados pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, compreendendo o fornecimento de todo o material de consumo e insumos necessários**, conforme especificações técnicas descritas no Anexo I deste Edital - Termo de Referência.

1.2 - O objeto da presente licitação é uno e indivisível e será adjudicado a uma única licitante.

## **2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES**

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do *site* [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá manifestar, através de declaração virtual inserida em campo próprio do sistema Comprasnet, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.3 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no Decreto 5.450/2005.

2.4 - **Não poderão participar deste Pregão:**

2.4.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.4.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.4.3 - Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata, em processo de dissolução ou liquidação;

2.4.4- Empresas que estejam reunidas em consórcio;

2.4.5- As Sociedades Cooperativas de Mão de Obra, constituídas nos termos da Lei nº 5.764, de 16/02/71, tendo em vista o Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho, constante do Anexo III deste Edital;



- 2.4.6 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 2.4.7 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar, aplicada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região;
- 2.4.8 - Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa);
- 2.4.9 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 8.666/93.
- 2.4.10 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 72, § 8.º, V da Lei n.º 9.605/98.
- 2.4.11 - Empresas que estejam proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e decretos regulamentares.
- 2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.
- 2.6 - Todas as fotocópias de documentos apresentados deverão estar autenticadas por Tabela de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias. Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 2.7 - A entrega da proposta implica nos seguintes compromissos por parte da licitante:
  - 2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
  - 2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 2.8 - Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra. Conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa - RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, a licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar no mês seguinte ao da contratação em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XI, art. 30, inciso II e ART. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.



2.8.1 - A licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data da assinatura do contrato, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do §1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

2.8.2 - Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo estabelecido na subcondição anterior, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

2.9 - A vedação estabelecida na condição anterior não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

### **3 - DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). (art. 3º do Decreto 5450/05).
- 3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto 5.450/05).
- 3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 3º, § 2º, e art. 13, Inc. I, do Decreto 5.450/05).
- 3.3 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRF-2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.4 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica



para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica. (art. 3º, § 6º, do Decreto 5450/05).

#### **4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente edital e seus anexos.
- 4.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente envio da proposta de preços, e quando for o caso, seus anexos, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, no **valor total anual ( TOTAL ANEXO II + TOTAL ANEXO VI) conforme Planilhas de Formação de Preços Discriminados constante dos ANEXOS II e VI**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet.
- 4.3 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:** A Proposta de Preços deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante ;
- 5.4 - A indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.5 - **Preço mensal e anual, cotado em REAL, com apenas duas casas decimais, em algarismo e por extenso, conforme modelo de Planilha de Formação de Preços, sugerido no Anexos II e VI deste edital.**
  - 5.5.1 - Planilha de Formação de Preços contendo especificações detalhadas da composição do custo e formação do preço final de cada categoria profissional (remuneração, encargos sociais, insumos, tributos e demais componentes), conforme modelo constante do Anexo II deste edital;



- 5.5.2 – O salário normativo, bem como os benefícios vigentes utilizados como base para preenchimento da Proposta Comercial, na data prevista para a abertura da licitação, deverá atender àquele estipulado para a categoria.
- 5.5.3 - **O valor da hora extra** dos profissionais que compõem o efetivo.
- 5.5.3.1 - Os valores de hora extra não integram as Planilhas de Formação de Preços.
- 5.5.3.2– A licitante vencedora deverá apresentar junto com a proposta a **memória de cálculo** das horas-extras.
- 5.5.4 - Os percentuais encontrados na planilha de formação de preços deverão ser preenchidos nos termos da legislação pertinente;
- 5.5.5 – Cópia do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho utilizado como base para formulação da proposta.
- 5.5.6- Planilhas de preços unitários e totais dos uniformes e equipamentos, conforme Anexos VII, VIII, IX, X, XI e XII.
- 5.5.7 - A incidência tributária e demais encargos tais como impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, armazenamento, enfim todas as despesas diretas e indiretas deverão estar incluídas no preço proposto para os materiais de consumo descritos no Anexo VI.
- 5.6 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 90 (*noventa*) dias, a contar da data da abertura da sessão deste pregão eletrônico;
- 5.7 - **Prazo de vigência do contrato**: 24 (*vinte e quatro*) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da lei nº 8.666/93;
- 5.8 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.6 e 5.7, considerar-se-ão os prazos previstos neste edital.
- 5.9 - Depois de solicitado pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a **proposta de preços** da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e **assinada**, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado, e enviada, no prazo de 2 (*duas*) horas, sob pena de desclassificação, através do próprio Sistema Comprasnet, ou, a critério do Pregoeiro, através do fac-símile (0xx21) 2282-8016 ou 2282-8682, ou do e-mail [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br).
- 5.9.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá reduzi-lo ou estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos de habilitação.



- 5.10 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.
- 5.11 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.12 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos serviços no COMPRASNET e o disposto no Anexo I - Termo de Referência, a licitante deverá obedecer a este último.
- 5.13 - Serão desclassificadas as propostas que contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação e/ou não atenderem às exigências deste Pregão.

## **6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

- 6.1 - Os preços deverão ser cotados em reais, com apenas duas casas decimais.
- 6.2 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 6.3 - O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRF2ª Região ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 6.4 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 6.5 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 6.6 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF2ª Região.
- 6.7 - Não serão aceitas propostas com valor global superior ao estimado pela Administração ou com preços manifestamente inexequíveis.
  - 6.7.1 - Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.



6.7.2 - Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

## **7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)**

7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.

7.1.1 - As licitantes deverão enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor total anual** do objeto desta licitação, sob pena de desclassificação da mesma.

7.1.2 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.2 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.

7.3 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por **elas** ofertado e registrado no sistema.

7.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.5 - A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro e mediante aviso de seu fechamento iminente, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 min (*trinta minutos*), aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.5.1 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e do procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta **à** licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

7.5.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7.6 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.





- 7.6.1 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação às participantes, no endereço eletrônico: [www.comprasnet.jus.br](http://www.comprasnet.jus.br).
- 7.7 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas no artigo 28 do Decreto nº 5.450/05.

## **8 - DO PROCEDIMENTO**

- 8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com o requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.
- 8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL (TOTAL ANEXO II + TOTAL ANEXO VI)** desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.
- 8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;
- 8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.5 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.6 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste edital.



- 8.7 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL ( TOTAL ANEXO II + TOTAL ANEXO VI)**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.8 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.9 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.
- 8.10 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 8.11 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

## **9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 9.1 - A habilitação da licitante será comprovada mediante consulta *on line* ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da validade dos documentos abaixo:
- 9.1.1 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alterada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.821/2014).
- 9.1.2 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;
- 9.1.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

- 9.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;
- 9.1.5 - A consulta *on line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.
- 9.1.6 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via fac-símile, a documentação atualizada, quando solicitada pelo pregoeiro.
- 9.2 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:
  - 9.2.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.
  - 9.2.2 - DECLARAÇÃO, exigida somente das empresas que se enquadram na previsão do art. 11 do Decreto 6.204/07, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei;
  - 9.2.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
  - 9.2.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente.
  - 9.2.5 - DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, de acordo com a Instrução Normativa nº 2 – SLTI, de 16 de setembro de 2009.
- 9.3 - Apresentar a **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.
- 9.4 - **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**
  - 9.4.1 - Certidão de Pessoa Jurídica expedida ou visada pelo CREA, comprovando a habilitação da licitante no ramo da Engenharia Elétrica, modalidade Eletrotécnica;
  - 9.4.2 - **Comprovante de aptidão** para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.
    - 9.4.2.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva CAT (Certidão de Acervo Técnico), também devidamente registrada no CREA, que ateste que a licitante executou, **por um período mínimo de 24 (vinte e**



**quatro) meses**, nos termos do art. 19, §5º, 6º e 8º, da IN 02/2008 do MPOG (com redação da IN 06/2013 também do MPGO), **serviços de operação e manutenção preventiva, preditiva e corretiva em instalação elétrica predial**, com potência instalada mínima de 3MVA, **com um mínimo de 09 (nove) postos de trabalho e com as seguintes características:**

- a) Subestação com entrada em 13,8 kV contendo:
- Transformadores com potência nominal mínima de 1.000 kVA, tensão primária de 13,8 kV e secundária de 440 e 220 V;
  - Painel de média tensão isolado para 15 kV;
  - Disjuntores de 15kV do tipo pequeno volume de óleo (PVO);
  - Chaves seccionadoras de 15 kV;
  - Relés digitais de sobrecorrente para proteção secundária;
  - Quadro geral de baixa tensão para 440 e 220 V.
- b) Rede de baixa tensão, contendo quadros elétricos de distribuição, quadros de comando de motores e linhas elétricas pré-fabricadas (barramentos blindados).

## **9.5 - DA QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA**

**9.5.1 - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social**, já exigível e apresentado na forma da Lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de três (3) meses da data de apresentação da proposta;

**9.5.2 - A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC).** Será considerada habilitada a empresa que apresentar resultado superior a 01 (um) para cada um dos 03 (três) itens, resultante da aplicação das seguintes fórmulas:

**LG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO / PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**

**SG = ATIVO TOTAL / PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**

**LC = ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE**

**9.5.3- Certidões negativas de falência, recuperação judicial ou Concordata**, expedidas pelo DISTRIBUIDOR da SEDE da pessoa jurídica, datadas de até 90(noventa) dias anteriores à apresentação da proposta de preços.

**9.5.4 - Comprovação de Patrimônio Líquido** não inferior a R\$ 126.436,00 (cento e vinte e seis mil, quatrocentos e trinta e seis reais) correspondente a 10% do valor estimado para contratação.



- 9.6 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.
- 9.7 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 9.8 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa e empresa de pequeno porte terá prazo adicional de **5 (cinco) dias úteis**, contado da decisão do Pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativa ou positiva com efeito de negativa.
- 9.8.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.8 implicará inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para retirada da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.
- 9.9 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número (21) 2282-8682 ou 2282 - 8016 ou para o endereço eletrônico [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.9.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da solicitação do **Pregoeiro**, endereçados da seguinte forma: Tribunal Regional Federal da 2ª Região -Seção de Licitação - Rua Acre, nº 80, sala 604 -CEP 20081-000 - Centro/Rio de Janeiro – Pregão nº \_\_\_\_/2016.

## **10 - DA VISTORIA**

- 10.1 - A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes.
- 10.2 - Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão;
- 10.3 - O dia e o horário destas visitas poderão ser previamente agendados pelo telefone (21) 2282-8223/8233 ou através do endereço eletrônico [semant@trf2.jus.br](mailto:semant@trf2.jus.br) de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 18:00 horas.



10.4 - O endereço do Núcleo de Manutenção Predial - NUMAN é Rua Acre, nº 80 - 15º andar / sala 1503 – Centro - Rio de Janeiro.

**11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes dos serviços objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	PTRes	Elementos de Despesa	Valor Estimado Total Anual
02.061.0569.4257.0001	085.385	33.90.37.04	R\$ 1.115.450,88
02.301.0569.2004.6013	060.071	33.90.30.26	R\$ 148.917,35
Valor total anual			R\$ 1.264.368,23

## **12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO**

- 12.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgadas na “homepage” do Tribunal: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção “Transparência Pública / Licitações e Contas / Licitações em andamento”, e no *site*: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), na opção “visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos”, ficando os licitantes obrigados a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.
- 12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do pregão eletrônico, no horário de 12:00h às 17:00h. Os telefones/FAX de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.
- 12.3 - Até 02 (*dois*) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.
- 12.4 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração das especificações técnicas, quando necessário, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
- 12.5 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.



### **13 - DOS RECURSOS**

- 13.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (*três*) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 13.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada da licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.
- 13.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (*três*) dias úteis, contados a partir do encerramento da sessão pública.
- 13.4 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto à licitante vencedora.
- 13.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.5.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

### **14 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

- 14.1 - Após a homologação do resultado desta licitação o TRF convocará a empresa adjudicatária para assinatura do instrumento contratual ou para a retirada da nota de empenho junto à Divisão de Contratos, na Rua Dom Gerardo nº46 – 12º andar, no horário de 12:00 às 17:00 horas.
- 14.2 - A convocação que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados da convocação, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94 e art. 28 do Decreto 5.450/05.





- 14.3 - No ato da assinatura do contrato ou da retirada da nota de empenho, será comprovada mediante consulta *on line* a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF e da CNDT, a qual deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do contrato.
- 14.4 - Quando a vencedora da licitação não fizer as comprovações referidas nos subitens 14.2 e 14.3 ou, quando, injustificadamente, recusar-se a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 14.5 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a prestar os serviços e a fornecer os materiais a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.
- 14.6 - **GARANTIA CONTRATUAL:** Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região exigirá da empresa contratada a prestação de garantia, na modalidade pela qual a Contratada optar, de acordo com o artigo 56, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, no valor equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global do contrato a ser firmado.
- 14.6.1 - A garantia de que cuida o item supracitado deverá ser prestada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do Contrato.
- 14.6.2 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).
- 14.6.3 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o Contratante a promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.
- 14.6.4 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no subitem supracitado por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 14.6.5 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada."
- 14.6.6 - A contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e, no caso de prorrogação do Contrato, mantê-la válida e atualizada.





14.7 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme **Resolução nº 9 de 06/12/2005**, do Conselho Nacional de Justiça.

14.7.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do **Anexo V** do presente Edital;

14.8 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º, **conforme Resolução nº 156** de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

14.8.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pelo(s) funcionário(s) no exercício de cargo/função de chefia, alocado(s) na prestação dos serviços, da Declaração constante do **Anexo IV** do presente Edital e da apresentação das certidões mencionadas na aludida Declaração;

14.8.1.1 – O prazo para apresentação das Certidões acima mencionadas será de, no máximo, 30 (trinta) dias a contar do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato.

**15 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO:** Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8666/93, modificada pela Lei n.º 8883/94, o objeto da presente licitação será recebido mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

15.1 - **Provisoriamente** - imediatamente após a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual;

15.2 - **Definitivamente** - no prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e depois de verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais;

15.3 - Os termos serão emitidos pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designado na forma estabelecida no subitem 15.6 deste edital, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos;



- 15.4 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação;
- 15.5 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 15.6 - Após a assinatura do contrato, o TRF-2ªRG designará servidor para exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato.

## **16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 16.1 - O pagamento será efetuado, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, **discriminativo dos serviços e materiais efetivamente consumidos**, devidamente atestado pelo setor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, em até 10 (*dez*) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto;
- 16.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;
- 16.1.2 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.
- 16.2 - **O documento fiscal deverá ser entregue no Núcleo de Compras, situado na Rua Dom Gerardo, 46, 12º andar, Centro - Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário de 12 às 17 horas, e também deverá ser enviado eletronicamente ao e-mail [dicom@trf2.jus.br](mailto:dicom@trf2.jus.br), acompanhado dos seguintes documentos:**
- 16.2.1 - Comprovante de regularidade perante a Fazenda Nacional (CND), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e a Justiça do Trabalho (CNDT);
- 16.2.2 - **Folha de pagamento de pessoal do mês de realização dos serviços, referente aos empregados da empresa contratada que estejam prestando serviços no Tribunal Regional Federal da 2ª Região;**
- 16.2.2.1 - **A folha de pagamento deverá corresponder exatamente à frequência dos empregados, controlada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, através de folha de ponto, não sendo pago à contratada o**



valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre este valor.

16.2.2.2 – A folha de pagamento, bem como os cartões de ponto terão como período correspondente à prestação dos serviços o mês comercial, excetuando-se as folhas do primeiro e último mês de execução contratual onde será considerado o período *pro rata*;

16.2.3 - Demonstrativo do cálculo utilizado (memória de cálculo) para fins de determinação do valor devido aos serviços emergenciais de caráter corretivos executados fora do horário normal do expediente, prestados no mês de referência do documento fiscal, conforme trata o subitem 6.5 do Termo de Referência Anexo I;

16.2.4 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, Impostos Sindicais, PIS), relativos ao mês imediatamente anterior e de outros descontos consignados na folha de pagamento do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante;

16.2.5 – Comprovantes de entrega de vale-transporte aos *empregados* da contratada que estejam prestando serviços nas dependências do TRF2ªR, correspondente ao mês do documento fiscal;

16.2.6 – Comprovantes de entrega auxílio alimentação/refeição dos empregados, correspondentes ao mês do documento fiscal;

16.2.7 – Quaisquer documentos formalmente solicitados pelo gestor do contrato, que e relacionem com alguma das obrigações da contratada, listadas no subitem 7 do Termo de Referência, Anexo I.

16.2.8 - Relatório dos serviços executados e dos materiais efetivamente consumidos no período correspondente, sem o qual a fatura não será atestada."

16.4 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

16.5- As Contratadas que se enquadrem nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

16.6 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;



16.6.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 16.6, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

16.7 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU).

16.7.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

#### **16.8 - DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:**

**16.8.1** – Será retido do pagamento mensal da Contratada e *depositado* na Caixa Econômica Federal - CEF o somatório dos valores das rubricas relativas à:

I - Férias;

II - 1/3 constitucional;

III – 13º Salário;

IV – Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;

V – Incidência dos Encargos Previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário;

**16.8.2** - Os valores das rubricas serão obtidos pela aplicação dos percentuais abaixo discriminados:

Percentuais para retenção conforme Resoluções o nº 169/2013 e 183/2013-CNJ e IN 001/2013-CJF	
Rubrica	%
Férias + 1/3 Constitucional	12,12 %
13º Salário	9,09 %
Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;	4,36 %
Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário	X %
<b>Subtotal</b>	<b>25,57 + X %</b>

**16.8.3** - Os valores das rubricas indicadas no item 16.8.1 serão glosados do valor mensal do contrato e depositados exclusivamente na CEF, em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

16.8.3.1 - Caso a CEF promova desconto diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, os valores relativos às despesas com cobrança de abertura e manutenção da referida conta-depósito serão



glosados do valor mensal do Contrato, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

**16.8.4** – Os depósitos serão efetivados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - aberta em nome da Contratada e por Contrato, unicamente para essa finalidade, e com movimentação somente mediante autorização do Contratante.

**16.8.5** – A Contratada deverá providenciar, no prazo de 20 (vinte) dias, contados, da notificação do Contratante, a assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - e de termo específico junto à CEF, que permita ao Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Contratante, conforme indicado no referido Termo.

**16.8.6** – Ocorrendo o descumprimento do prazo estipulado no subitem anterior, o Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite para cumprir a obrigação. Permanecendo o descumprimento, fica a Contratada sujeita à aplicação da multa moratória de que trata o subitem **18.5** do presente Edital.

**16.8.7** - Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

**16.8.8** – A abertura e manutenção da conta-depósito vinculada serão isentas de tarifas bancárias, conforme consta do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF.

**16.8.9** – A contratada poderá:

I - solicitar, durante a execução do contrato, autorização do Contratante para resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item 16.8.1, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante e que apresente:

a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: comprovante de férias (aviso e recibo), folha de pagamento de 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito em conta-corrente dos empregados;

b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado com mais de 01 (um) ano de serviço: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) devidamente homologado pelo sindicato e com a comprovação de depósito em conta-corrente dos empregados, observando o disposto no artigo 477 da CLT, bem como a Portaria do MTE n. 1.057, de 6/7/2012, e comprovante dos depósitos do



INSS e do FGTS, este ultimo acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva multa;

c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

II - movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - diretamente para a conta-corrente dos empregados, exclusivamente para as verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do artigo 4º da Resolução CNJ nº 169/2013, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências dos órgãos, e que apresente:

a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: aviso de férias e espelho da folha de pagamento do 13º salário;

b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) e guia de recolhimento com o valor do FGTS e sua respectiva multa;

c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada, comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

§ 1º Nas hipóteses do inciso II, a Contratada deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 e 13º e TRCT homologados, quando for o caso), no prazo máximo de dez dias, contado da data do pagamento ou da homologação pelo sindicato, observado o disposto na Portaria do MTE n. 1.057/2012.

§ 2º Após a comprovação indicada no parágrafo anterior, o Contratante poderá autorizar o resgate dos valores correspondentes à incidência previdenciária e FGTS, sobre os valores movimentados.

**16.8.10** – O resgate dos recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - previsto no item anterior dar-se-á somente após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias e mediante apresentação à unidade competente do Contratante, dos documentos comprobatórios de que a Contratada efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no item 16.8.1.

**16.8.11** – O Contratante expedirá autorização de que trata o item 16.8.9, I, depois de confirmado o pagamento das verbas trabalhistas retidas, e encaminhará a referida autorização à CEF no prazo máximo de dez dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.



**16.8.12** - Todos os termos da Resolução nº 169 de 31.01.2013 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pela Resolução nº183/2013, de 24/10/2013, do mesmo Conselho, e da IN 001, de 11 de abril de 2013 do Conselho da Justiça Federal deverão ser observados na execução contratual.

## **17 – DA REPACTUAÇÃO**

17.1 – É admitida repactuação dos preços do Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano.

17.1.1 - O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado, em relação aos custos com a execução de serviços decorrentes do mercado, tais como materiais e equipamentos, a partir da data limite para a apresentação da proposta, ou da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos;

17.1.1.1 - Os preços da mão de obra serão repactuados em decorrência de alterações nas Convenções ou Acordos Coletivos, ou na legislação trabalhistas e previdenciária;

a) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação poderá ser dividida em tantas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação, respeitado o interregno mínimo fixado no subitem anterior;

b) Se não houver sindicatos ou conselhos de classe instituídos, cabe à Contratada comprovar a variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pelo Contratante, da pertinência das informações prestadas.

17.1.1.2 - Os preços dos materiais serão reajustados de acordo com a variação do IGPD, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indexador que a legislação determinar."

17.2 - Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 01 (um) ano será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

17.3 - As repactuações a que a Contratada fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do Contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.



- 17.4 - As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, de novo acordo ou convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado em cada um dos itens da planilha a serem alterados.
- 17.5 - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de condições ou benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- 17.6 - Quando da solicitação, a repactuação somente será concedida, considerando-se:
- 17.6.1 - os preços praticados no mercado ou em outros contratos do Contratante;
  - 17.6.2 - as particularidades do Contrato em vigência;
  - 17.6.3 - o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
  - 17.6.4 - a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
  - 17.6.5 - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
  - 17.6.6 - a disponibilidade orçamentária do Contratante.
- 17.7 - O Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.
- 17.8 - Os novos valores contratuais decorrentes da repactuação terão suas vigências iniciadas:
- 17.8.1 - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
  - 17.8.2 - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras;
  - 17.8.3 - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de **mão de obra** em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 17.9 - Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.





## **18 -DAS PENALIDADES**

- 18.1 - A Licitante que deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 18.1.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 18.2 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.
- 18.3 - Penalidades a que está sujeita a contratada inadimplente:
- a) Advertência;
  - b) Multa;
  - c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o TRF-2ªRG, pelo prazo de 2 (*dois*) anos.
  - d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 18.4 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo, discriminadas:
- 18.4.1 - A inexecução, total ou parcial, do contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:
- a) Multa compensatória de até 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
  - b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
  - c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário inadimplente.
- 18.5 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pelas contratadas sujeitá-las-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo



adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

18.5.1 - A multa moratória acima estipulada fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.

- 18.6 - Caso as multas previstas nos subitens 18.4 e 18.5 não sejam pagas no prazo estabelecido, serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo contrato, ou, ainda, cobradas judicialmente, se for o caso.
- 18.7 - Se as multas supracitadas forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.
- 18.8 - O período de atraso será contado em dias corridos.
- 18.9 - A aplicação das multas ora previstas não impede que a autoridade competente rescinda o contrato e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.
- 18.10 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24/12 de 16.12.04, atualizada em 08/06/2005.
- 18.11 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à **adjudicatária**, na forma da lei.
- 18.12 - Sempre que não houver prejuízo para o TRF-2ªRG, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

## 19 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

19.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sites: **www.trf2.gov.br**, opção "**Licitações e Contas / Licitações em andamento**", e **www.comprasnet.gov.br**, opção "**visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos**", e comunicando às firmas, com a antecedência mínima de 24 (*vinte e quatro*) horas da data inicialmente marcada;

19.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;

19.1.3 - Alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.



- 19.2 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma do que estabelece o parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;
- 19.3 - As supressões citadas no subitem anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.
- 19.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;
- 19.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, terça-feira, 22 de março de 2016

Francisco Luis Duarte  
Pregoeiro



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2015**  
**Proc. TRF2-EOF-2015/00192**

**1 - DO OBJETO:**

Contratação de empresa para prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, para a operação e manutenção das instalações de média e baixa tensão e do sistema de proteção contra descargas atmosféricas dos prédios ocupados pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, **compreendendo o fornecimento de todo o material de consumo e insumos necessários.**

**2 - DESCRIÇÃO DOS PRÉDIOS E INSTALAÇÕES EXISTENTES:**

**2.1 – COMPLEXO PREDIAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO (Rua acre,80,Centro, Rio de Janeiro-RJ)**

**2.1** - Prédio composto de um Bloco Frontal com área total aproximada de 25.616,00 m², dividida em 24 pavimentos, dois Blocos de fundos com área total aproximada de 13.121,00 m², distribuídos por seus 10 pavimentos, e um prédio do Plenário de 1.114,00 m² e 3 pavimentos. O prédio abriga Gabinetes de Desembargador, salas de Sessão e área administrativa. A distribuição elétrica do prédio é composta de:

**2.1.1 – RAMAL DE LIGAÇÃO:**

O complexo predial do TRF recebe da concessionária Light Serviços de Eletricidade S.A. 2 (dois) circuitos alimentadores subterrâneos com tensão nominal de 13,8 kV, os quais são denominados: principal e reserva.

**2.1.2 – SUBESTAÇÕES ELÉTRICAS (SE's):**

O TRF possui 2 (duas) subestações. A Subestação Principal, que se localiza no subsolo do prédio anexo II, recebe o ramal de ligação subterrâneo da concessionária, que é ligado ao painel de média tensão que possui oito cubículos, sendo 2 (dois) para as chaves seccionadoras dos ramais de entrada, 1 (um) para medição, 4 (quatro) para os disjuntores PVO de média tensão e 1 (um) para a chave seccionadora, de onde sai o circuito alimentador para a outra subestação, denominada Subestação Secundária.

Da Subestação Principal, partem os circuitos alimentadores de iluminação e tomadas, de elevadores, de bombas de recalque e incêndio de todo o complexo, além dos condicionadores de ar do prédio sede e *fan-coils* dos anexos, esta SE é dotada de 4 (quatro) transformadores de 1000 kVA com tensão secundária de 220/127 V, já da Subestação Secundária partem os circuitos de alimentação da central de água gelada dos prédios anexos e a sala cofre, possuindo 2 (dois) transformadores de 1000 kVA com tensão secundária de 440 V. O TRF ainda possui grupos geradores, que fazem a alimentação de cargas essenciais em caso de interrupção do fornecimento pela concessionária, sendo 2 (dois) de 440 kVA conectados ao barramento de BT da subestação principal através de 2 (dois) quadros de transferência automática e 1 (um) de 320 kVA dedicado à sala cofre. Os equipamentos de tecnologia da informação do TRF são alimentados por circuitos de energia ininterrupta, que provêm de sistemas de energia ininterrupta, composto por 8 (oito) equipamentos de 80 kVA, sendo 4 (quatro) operando

em 2 (dois) conjuntos paralelo-redundante e 4 (quatro) independentes e 2 (dois) equipamentos de 50 kVA em redundância *stand-by*.

O esquema de aterramento adotado em toda a instalação é o TN-S.

#### **2.1.3 - CASA DE FORÇA DO PRÉDIO SEDE:**

Trifásica, tensão de 220V, composta de 02 (dois) disjuntores Westinghouse de 1400 A, QGBT, barramentos, instrumentos de medição, disjuntores, cabos e malha de aterramento.

#### **2.1.4 - CASA DE FORÇA DO PLENÁRIO:**

Trifásica, tensão de 220V, composta de 01 (um) disjuntor Westinghouse de 1400 A, QGBT, barramentos, instrumentos de medição, chaves seccionadoras e cabos.

#### **2.1.5 - SPDA:**

Composto de pára-raios, isoladores, cabos de cobre e malha de aterramento.

**2.1.6 – REDE:** fiação, cabos, conexões, tomadas, disjuntores, eletrodutos, calhas e canaletas, luminárias, reatores e luminárias de emergência.

### **2.2 - PRÉDIO RUA VISCONDE DE INHAÚMA (Rua Visconde de Inhaúma,68, Centro, Rio de Janeiro-RJ)**

Prédio de 3 pavimentos com aproximadamente 3.383,00 m<sup>2</sup>, destinado a abrigar a área gráfica do Tribunal e os setores ligados a essa área.

**2.2.1 – RAMAL DE ENTRADA:**A instalação é atendida por ramal de entrada subterrâneo constituído por 4 condutores com seção transversal 500MCM por fase, que são protegidos por 2 fusíveis NH de 630A por fase. A medição é feita por dois wathhorímetros, sendo um para os circuitos de distribuição de serviço e outro para os circuitos de distribuição de iluminação e tomadas. A distribuição elétrica do prédio é composta de:

#### **2.2.2 - QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO**

##### **2.2.2.1 - Quadro de Distribuição Principal (QDP)**

O quadro de distribuição principal de serviço está localizado no primeiro pavimento, de onde são derivados os circuitos distribuição para os quadros de distribuição dos pavimentos 1, 2, 3 e cobertura e para os quadros de comando das bombas de recalque de água potável (QCRA), das bombas de recalque para o reservatório de incêndio (QCRI) e das bombas de pressurização do sistema de combate a incêndio (QCI), bem como para o quadro de comando dos exaustores, os circuitos distribuição para os quadros de força dos elevadores (QFE1 e QFE2) e quadro de força do ar condicionado do 3º pavimento (QFAC).

##### **2.2.2.2 - Quadros de Distribuição dos pavimentos 1,2 e 3**

Os quadros de distribuição serão compostos por disjuntor geral, dispositivos de proteção contra surtos classe II, disjuntores parciais do tipo DIN (NBR/IEC-60898), com Ik= 5 kA e interruptores diferenciais-residuais de alta sensibilidade (In = 30 mA).

##### **2.2.2.3 - Quadros de Comando**

##### **2.2.2.3.1 Comando das bombas**



As bombas de recalque de água fria (potável), localizada no térreo sob a escada próxima aos banheiros e de recalque de água para reservatório de incêndio, localizada no térreo nos fundos do prédio, são trifásicas, têm potência nominal de 1cv, tensão de 220 V e operam em sistema de revezamento, ficando uma em operação e uma de reserva, tendo o quadro de comando que realizar estas operações automaticamente, realizando a partida das bombas com tensão plena. Estes dois quadros serão compostos por contadores, disjuntores-motor, sinaleiros, botões de impulso, canaletas plásticas, bornes de ligação e anilhas para identificação das ligações.

As bombas de incêndio (para pressurização do sistema de combate a incêndio) têm potência nominal de 7,5 cv, tensão de 220 V e operam em sistema de revezamento, ficando uma em operação e uma de reserva, realizando a partida das bombas com tensão reduzida por chave de partida estrela triângulo automática. Este circuito deverá ser derivado antes da proteção geral do circuito de serviço.

#### **2.2.2.3.2 Comando dos exaustores**

O quadro de comando dos exaustores, instalado na cobertura, aciona dois exaustores com potência nominal de 1,5 cv, tensão de 220 V, operam em sistema de revezamento, sendo um principal e um reserva.

Os componentes dos quadros de comando são:

QCRA (1 CV)

- 2 disjuntores-motor tripolares;
- 1 disjuntor bipolar com  $I_n = 6\text{ A}$ ;
- 2 Contadores Tripolares, contatos auxiliares 1 NA e 1 NF,  $I_n=9\text{A}$ ;

QCRI (1 CV)

- 2 disjuntores-motor tripolares;
- 1 disjuntor bipolar com  $I_n = 6\text{ A}$ ;
- 2 Contadores Tripolares, contatos auxiliares 1 NA e 1 NF,  $I_n=9\text{A}$ ;

QCI (1 CV)

- 2 disjuntores-motor tripolares;
- 1 disjuntor bipolar com  $I_n = 6\text{ A}$ ;
- 2 Contadores Tripolares, contatos auxiliares 1 NA e 1 NF,  $I_n=9\text{A}$ ;
- 1 relé de tempo.

QCE (1,5 CV)

- 2 disjuntores-motor tripolares;
- 1 disjuntor bipolar com  $I_n = 6\text{ A}$ ;
- 2 Contadores Tripolares, contatos auxiliares 1 NA e 1 NF,  $I_n=9\text{A}$ ;

**2.2.3 – REDE:** fiação, cabos, conexões, tomadas, disjuntores, eletrodutos, calhas e canaletas, luminárias, reatores e luminárias de emergência.

### **2.3 - PREDIO RUA BENEDITINOS (Rua Beneditinos,24, Centro, Rio de Janeiro-RJ)**

**2.3.1 -** Prédio de 3 pavimentos com aproximadamente 850,00 m<sup>2</sup>, destinado a abrigar o almoxarifado do Tribunal e os setores ligados a essa área.

**2.3.1.1 – RAMAL DE ENTRADA:** A instalação é atendida por ramal de entrada subterrâneo constituído por 2 condutores com seção transversal 95mm<sup>2</sup> por fase. O prédio é atendido por padrão de ligação de entrada, com caixa para seccionamento,

medição direta e proteção até 200 A (CSMD200 – Vide RECOM-BT de Março de 2013 da Light, páginas 92 e 119).

**2.3.1.2** - Serão mantidos todos os quadros de distribuição de luz e força dos 3(três) pavimentos bem como todos os componentes da rede elétrica, a saber: Fiação, cabos, conexões, tomadas, disjuntores, eletrodutos, calhas e canaletas, luminárias, reatores e luminárias de emergência.

## **2.4 - PREDIO RUA DOM GERARDO (Rua Dom Gerardo,46, Centro, Rio de Janeiro-RJ).**

2.4.1 - A área sob a responsabilidade do Tribunal é composta por 7 (sete) pavimentos do prédio com aproximadamente 395,00m<sup>2</sup> cada, destinados a abrigar as secretarias administrativas do Tribunal.

2.4.2 - Serão mantidos todos os quadros de distribuição de luz e força desses citados pavimentos bem como todos os componentes da rede elétrica, a saber: Fiação, cabos, conexões, tomadas, disjuntores, eletrodutos, calhas e canaletas, luminárias, reatores e luminárias de emergência.

## **3 - FORMA DE EXECUÇÃO**

### **3.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

3.1.1 - Os serviços de operação e manutenção preditiva, preventiva e corretiva das instalações elétricas de média e baixa tensão, do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) e de lançamento de cabos para as instalações de cabeamento estruturado, serão realizados por uma equipe de profissionais, conforme definido no item 10, que ficará alocada no complexo predial da Rua Acre. Os atendimentos às ordens de serviços pertinentes aos prédios da Rua Visconde de Inhaúma, da Rua Beneditinos e da Rua Dom Gerardo serão feitos conforme demanda de solicitações ou programação constante do plano de manutenção.

3.1.2 - Em conformidade com a NR-10/2004, em todas as intervenções em instalações elétricas devem ser adotadas medidas preventivas de controle do risco elétrico e de outros riscos adicionais, mediante técnicas de análise de risco, de forma a garantir a segurança e a saúde no trabalho.

3.1.3 - Considerando o exposto acima, a contratada deverá efetuar uma análise do risco envolvido em cada atividade, identificando os riscos que cada atividade representa, levando em consideração as pessoas expostas, os equipamentos e instalações e o meio ambiente.

3.1.4 - A contratada também deverá elaborar procedimentos de trabalho específicos para cada atividade a ser desenvolvida por seus funcionários, tendo em vista que a NR-10 determina que todas as atividades devem possuir um procedimento padronizado, com descrição detalhada de cada tarefa, passo a passo, assinados pelo engenheiro eletricista. Os procedimentos de trabalho devem basear-se nas análises de risco e conter, no mínimo:





3.1.4.1 - objetivo, campo de aplicação, base técnica, competências e responsabilidades, disposições gerais, medidas de controle e orientações finais.

3.1.5 - Os profissionais indicados pela contratada, sejam qualificados e habilitados ou capacitados, deverão ser autorizados pelo gestor do contrato para desempenhar suas atividades nas dependências dos prédios deste Tribunal.

3.1.6 - Em conformidade com o item 10.7.3 da NR-10/2004, "os trabalhos executados nas instalações de alta tensão não poderão ser executados individualmente".

3.1.7 - Em conformidade com a NBR 14039/2005, no item 8.1.6: "qualquer manobra em instalações de média tensão deve ser efetuada por 2 (duas) pessoas, sendo uma delas BA5" e no item 8.3.1: "somente é admitida a operação de instalações de média tensão por profissional qualificado (BA5)".

3.8 - Todo trabalho em instalações elétricas energizadas em AT, bem como aquelas que interajam com o SEP, somente pode ser realizado mediante ordem de serviço específica para data e local, assinada por superior responsável pela área. (item 10.7.4 da NR 10/2004).

3.1.9 - Também será emitida ordem de serviço para os outros locais, para viabilizar o controle da execução dos serviços e consumo de materiais.

As ordens de serviço deverão possuir no mínimo os seguintes itens:

- ✓ Local do serviço;
- ✓ Descrição do serviço;
- ✓ Plano de trabalho;
- ✓ EPIs;
- ✓ Ferramentas instrumentos, quantidade de materiais e equipamentos utilizados;
- ✓ Profissionais envolvidos no serviço;
- ✓ Tempo de execução do serviço (data/horário de início e término);
- ✓ Assinatura do engenheiro supervisor.

Observações:

- A NR-10/2004 define as tensões superiores a 1 kV como alta tensão;
- A NBR 14039/2005 define as tensões entre 1 kV e 36,2 kV como média tensão;
- A NBR 14039/2005 e a NBR 5410/2004 definem que os profissionais codificados como BA5 são profissionais qualificados, ou seja, técnicos em eletrotécnica ou engenheiros eletricitas.

### 3.2 - Operação

3.2.1 - A contratada deverá entregar à fiscalização, em até 30 (trinta) dias, **contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato**, um plano de operação das instalações de média e baixa tensão, para execução de manobras de energização e desenergização de circuitos, bem como leituras das grandezas elétricas fornecidas por instrumentos indicadores e registradores instalados em painéis elétricos nos prédios deste Tribunal, observando as orientações e determinações contidas nas normas NBR 14039/2005, NR 10/2004, guias e manuais de fabricantes.

3.2.2 - A atividade de operação será realizada ininterruptamente em turnos de revezamento por 2 (dois) profissionais, por exigência das normas NBR 14039/2004 e NR 10/2004, sendo 1 (um) técnico em eletrotécnica e 1 (um) eletricitista.



### **3.3 – Manutenção preventiva e preditiva**

Sempre que possível, as verificações devem ser realizadas com a instalação desenergizada.

A contratada deverá elaborar um plano de manutenção preventiva e preditiva e entregar à fiscalização em até 30 (trinta) dias, **contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato**, tomando como base as rotinas sugeridas a seguir, guias e manuais dos equipamentos, dispositivos e componentes das instalações elétricas, bem como as normas NBR 14039/2005, NBR 5410/2004, NR 10/2004, NFPA 70B, ANSI/NETA MTS 2007, IEEE 3007.2/2010, CIE 97:2005. Especificando as rotinas, detalhando os procedimentos para cada atividade e os intervalos para cada intervenção.

#### **3.3.1 – Subestações**

O uso de equipamentos de proteção individual e coletiva (EPCs) e (EPIs) é obrigatório no interior das subestações, os EPCs e EPIs a serem utilizados em cada situação (visita, inspeção ou intervenção em algum componente) serão definidos na análise de riscos correspondente.

##### **3.3.1.1 - Área de circulação**

Os operadores das subestações deverão efetuar limpeza diária da área de circulação.

##### **3.3.1.2 - Instalações de média tensão**

###### **3.3.1.2.1 - Painéis de média tensão**

###### **3.3.1.2.1.1 – Invólucro**

- ✓ Limpeza da superfície externa dos painéis;
- ✓ Verificação do aterramento das portas e carcaça;
- ✓ Verificação de presença de umidade;

###### **3.3.1.2.1.2 - Muflas, suportes e isoladores**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Limpeza;
- ✓ Medição da resistência de isolamento;
- ✓ Inspeção termográfica;
- ✓ Reaperto de conexões.

###### **3.3.1.2.1.3 - Chaves seccionadoras**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Limpeza;
- ✓ Medição da resistência de isolamento;
- ✓ Medição da resistência dos contatos;



- ✓ Teste de funcionamento;
- ✓ Inspeção termográfica;
- ✓ Reaperto de conexões.

#### **3.3.1.2.1.4 - Disjuntor PVO**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Limpeza;
- ✓ Lubrificação das partes móveis;
- ✓ Medição da resistência de isolamento;
- ✓ Medição da resistência dos contatos;
- ✓ Troca do óleo isolante;
- ✓ Teste de funcionamento;
- ✓ Inspeção termográfica;
- ✓ Reaperto de conexões.

#### **3.3.1.2.1.5 - Relés de proteção**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Limpeza;
- ✓ Verificação dos ajustes x parametrização fornecida pela Light;
- ✓ Testes de funcionamento;
- ✓ Calibração;
- ✓ Reaperto de conexões.

#### **3.3.1.2.1.6 - Sistema de alimentação em corrente contínua**

- ✓ Inspeção visual
- ✓ Medição das tensões nas baterias;
- ✓ Reaperto de conexões;
- ✓ Inspeção termográfica;

#### **3.3.1.2.1.7 - Transformadores de instrumentos**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Limpeza;
- ✓ Medição da relação de espiras;
- ✓ Medição da resistência de isolamento;
- ✓ Reaperto de conexões.

#### **3.3.1.2.1.8 - Instrumentos de medição indicadores**

- ✓ Leitura e anotação/registro;

#### **3.3.1.2.1.9 - Circuito de comando (bornes de ligação, relés térmicos, sinaleiros)**

- ✓ Inspeção visual;

- ✓ Limpeza;
- ✓ Reaperto de conexões.
- ✓ Testes de funcionamento;
- ✓ Teste de continuidade.

#### **3.3.1.2.1.10 - Cabos**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Reaperto de conexões.
- ✓ Inspeção termográfica;
- ✓ Ensaio de tensão aplicada.

#### **3.3.1.2.1.11- Bandejas, Leitões, Eletrocalhas, Eletrodutos**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Verificação do aterramento;
- ✓ Limpeza;

#### **3.3.1.2.1.12 - Transformadores**

- ✓ Limpeza da área cercada;
- ✓ Limpeza dos transformadores
- ✓ Verificação do aterramento das grades;
- ✓ Medição da resistência de isolamento;
- ✓ Medição da relação de espiras;
- ✓ Medição da resistência de enrolamentos;
- ✓ Inspeção termográfica;
- ✓ Ensaio de tensão aplicada.

### **3.3.1.3 - Instalações de baixa tensão**

#### **3.3.1.3.1 - Orientações gerais**

Invólucros, tampas e outros meios destinados a garantir proteção contra contatos com partes vivas podem ser removidos para fins de verificação ou manutenção, mas devem ser completa e prontamente restabelecidos ao término destes procedimentos.

#### **3.3.1.3.2 - Condutores**

Deve ser inspecionado o estado da isolação dos condutores e de seus elementos de conexão, fixação e suporte, com vista a detectar sinais de aquecimento excessivo, rachaduras e ressecamentos, verificando-se também se a fixação, identificação e limpeza se encontram em boas condições.

#### **3.3.1.3.3 - Quadros de distribuição e painéis**

##### **3.3.1.3.3.1 – Estrutura**



Deve ser verificada a estrutura dos quadros e painéis, observando-se seu estado geral quanto a fixação, integridade mecânica, pintura, corrosão, fechaduras e dobradiças. Deve ser verificado o estado geral dos condutores e cordoalhas de aterramento.

#### **3.3.1.3.3.2 – Componentes**

No caso de componentes com partes móveis, como contadores, relés, chaves seccionadoras, disjuntores etc., devem ser inspecionados, quando o componente permitir, o estado dos contatos e das câmaras de arco, sinais de aquecimento, limpeza, fixação, ajustes e calibrações. Se possível, o componente deve ser acionado umas tantas vezes, para se verificar suas condições de funcionamento.

No caso de componentes sem partes móveis, como fusíveis, condutores, barramentos, calhas, canaletas, conectores, terminais, transformadores, etc., deve ser inspecionado o estado geral, verificando-se a existência de sinais de aquecimento e de ressecamentos, além da fixação, identificação e limpeza.

No caso de sinalizadores, deve ser verificada a integridade das bases, fixação e limpeza interna e externa.

NOTA: O reaperto das conexões deve ser feito no máximo 90 dias após a entrada em operação da instalação elétrica e repetido em intervalos regulares.

#### **3.3.1.3.4 - Equipamentos móveis**

As linhas flexíveis que alimentam equipamentos móveis devem ser verificadas conforme 4.3.1.3.2, bem como a sua adequada articulação.

#### **3.3.1.3.5 – Ensaaios**

Devem ser efetuados os ensaios descritos nos itens 7.3.2 a 7.3.5 (da NBR 5410/2004), além dos itens 7.3.7 (da NBR 5410/2004), levando em consideração as prescrições dos itens 7.3.1.1 e 7.3.1.2 (da NBR 5410/2004).

#### **3.3.1.3.6 - Ensaio geral**

Ao término das verificações, deve ser efetuado um ensaio geral de funcionamento, simulando-se pelo menos as situações que poderiam resultar em maior perigo.

Deve ser verificado se os níveis da tensão de operação estão adequados.

#### **3.3.1.3.7 - Quadro de distribuição principal de baixa tensão**

##### **3.3.1.3.7.1 – Invólucro**

- ✓ Limpeza da superfície;
- ✓ Verificação do aterramento;
- ✓ Verificação de presença de umidade;

#### **3.3.1.3.7.2 - Suportes e isoladores**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Limpeza;

#### **3.3.1.3.7.3 - Disjuntores de caixa moldada**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Limpeza;
- ✓ Reaperto de conexões;
- ✓ Inspeção termográfica;
- ✓ Teste de funcionamento.

#### **3.3.1.3.7.4 - Disjuntores de caixa aberta**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Limpeza;
- ✓ Reaperto de conexões;
- ✓ Inspeção termográfica;
- ✓ Medição de resistência dos contatos;
- ✓ Teste de funcionamento.

#### **3.3.1.3.7.5 - Barramentos**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Limpeza;
- ✓ Reaperto de conexões;
- ✓ Inspeção termográfica.

#### **3.3.1.3.7.6 - Instrumentos de medição indicadores**

- ✓ Leitura e anotação/registro;
- ✓ Limpeza.
- ✓ Calibração;

#### **3.3.1.3.7.7 - Instrumentos de medição registradores**

- ✓ Leitura e registro;
- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Limpeza;
- ✓ Extração de dados de medições.
- ✓ Calibração.
- ✓ Teste do circuito de comunicação e do monitoramento remoto (supervisório).

#### **3.3.1.3.8 - Malha de aterramento**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Medição das resistências de terra;
- ✓ Reaperto das conexões.



### **3.3.1.3.9 - Linhas elétricas de baixa tensão**

#### **3.3.1.3.9.1 - Linhas elétricas convencionais (bandejas, eletrocalhas, leitos, eletrodutos)**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Limpeza;
- ✓ Verificação do aterramento;

#### **3.3.1.3.9.2 - Linhas elétricas pré-fabricadas (barramentos blindados)**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Limpeza;
- ✓ Inspeção termográfica;
- ✓ Reaperto de conexões.

### **3.3.2 – Rede elétrica convencional**

#### **3.3.2.1 - Prumadas anexos I e II**

##### **3.3.2.1.1 - Linhas elétricas pré-fabricadas (barramentos blindados)**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Limpeza;
- ✓ Inspeção termográfica;
- ✓ Reaperto de conexões.

##### **3.3.2.1.2 - Quadros de distribuição**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Limpeza;
- ✓ Inspeção termográfica;
- ✓ Medição dos parâmetros elétricos;

### **3.3.3 - Rede elétrica ininterrupta**

#### **3.3.3.1 - Prumada Anexo II**

##### **3.3.3.1.1 - Linhas elétricas convencionais (bandejas, eletrocalhas, leitos, eletrodutos)**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Limpeza;
- ✓ Verificação do aterramento;
- ✓ Inspeção termográfica.

### **3.3.3.1.2 - Quadros de distribuição**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Limpeza;
- ✓ Inspeção termográfica;
- ✓ Medição dos parâmetros elétricos;
- ✓ Verificação da qualidade da energia.

### **3.3.4 - Rede elétrica de emergência**

#### **3.3.4.1 - Prumadas anexos I e II**

##### **3.3.4.1.1 - Linhas elétricas pré-fabricadas (barramentos blindados)**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Limpeza;
- ✓ Inspeção termográfica;
- ✓ Reaperto de conexões.

##### **3.3.4.1.2 - Quadros de distribuição**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Limpeza;
- ✓ Inspeção termográfica;
- ✓ Medição dos parâmetros elétricos.

### **3.3.5 - Circuitos de serviço**

#### **3.3.5.1 - Quadros de comando de bombas de recalque**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Limpeza;
- ✓ Teste de funcionamento das bombas;
- ✓ Teste da sinalização;
- ✓ Inspeção termográfica.

#### **3.3.5.2 - Quadros de comando de bombas de incêndio**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Limpeza;
- ✓ Teste de funcionamento das bombas;
- ✓ Teste da sinalização;
- ✓ Inspeção termográfica.

#### **3.3.5.3 - Quadros de transferência automática dos elevadores**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Limpeza;



- ✓ Teste de funcionamento das bombas;
- ✓ Teste da sinalização;
- ✓ Inspeção termográfica.

#### **3.3.5.4 - Quadros de força/Chaves blindadas nas casas de máquinas de elevadores**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Limpeza;
- ✓ Inspeção termográfica.

### **3.3.6 - Instalações nos ambientes de trabalho**

#### **3.3.6.1 - Iluminação**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Limpeza;
- ✓ Medição da iluminância;
- ✓ Verificação da equipotencialização;
- ✓ Substituição de lâmpadas, reatores, luminárias e painéis de LED.

#### **3.3.6.2 - Instalações no entreferro (linhas elétricas)**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Verificação da equipotencialização

#### **3.3.6.3 - Interruptores e tomadas**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Teste de funcionamento;
- ✓ Limpeza.

### **3.3.7 - Sistema de proteção contra descargas atmosféricas – SPDA**

#### **3.3.7.1 Subsistema captor**

##### **3.3.7.1.1 Captadores do tipo Franklin**

- ✓ Inspeção visual
- ✓ Medição de continuidade

##### **3.3.7.1.2 – Mastros**

- ✓ Inspeção visual
- ✓ Verificação da equipotencialização



#### **3.3.7.1.3 - Sinalizadores**

- ✓ Inspeção visual
- ✓ Teste de funcionamento

#### **3.3.7.1.4 - Isoladores do tipo roldana**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Fixação/substituição;

#### **3.3.7.1.5 – Condutores**

- ✓ Inspeção visual
- ✓ Medição de continuidade horizontal (malha) e de descida (condutores de descida)

#### **3.3.7.1.6 - Fixações**

- ✓ Inspeção visual

#### **3.3.7.1.7 - Conexões**

- ✓ Reaperto

#### **3.3.7.2 - Subsistema de descida**

##### **3.3.7.2.1 - Condutores**

- ✓ Medição da resistência dos condutores de descida topo-base

##### **3.3.7.2.2 - Isoladores do tipo roldana**

- ✓ Inspeção visual;
- ✓ Fixação/substituição;

#### **3.3.7.3 - Subsistema de aterramento**

##### **3.3.7.3.1 - Condutores**

- ✓ Inspeção visual
- ✓ Medição da resistência de terra

##### **3.3.7.3.2 - Hastes de aterramento**

- ✓ Inspeção visual

##### **3.3.7.3.3 - Caixas de inspeção**

- ✓ Inspeção visual
- ✓ Medição da resistência de terra



### **3.4 – Manutenção corretiva**

**3.4.1** - Toda instalação ou parte que, como resultado das verificações indicadas no plano de manutenção preventiva e preditiva, for considerada insegura deve ser imediatamente desenergizada, no todo ou na parte afetada, e somente deve ser recolocada em serviço após correção dos problemas detectados.

**3.4.2** - Toda falha ou anormalidade constatada no funcionamento da instalação ou em qualquer de seus componentes, sobretudo os casos de atuação dos dispositivos de proteção sem causa conhecida, deve ser comunicada a uma pessoa advertida (BA4) ou qualificada (BA5), providenciando-se a correção do problema.

**3.4.3** - Realizar ronda diariamente em todos os ambientes dos prédios deste Tribunal, com o intuito de identificar reatores e lâmpadas queimados ou que estejam apresentando cintilação, substituindo imediatamente o componente defeituoso.

**3.4.4** - Substituir disjuntores, interruptores, telerruptores e tomadas defeituosos.

**3.4.5** - A contratada deverá apresentar em até 30 (trinta) dias do início do contrato, um plano de ações de manutenção corretiva, contendo procedimentos a serem seguidos, no sentido de orientar os profissionais a agir diante de algumas situações inesperadas como: interrupção de energia, queima, defeito, falha, falta, funcionamento inadequado.

### **3.5 - Novas instalações**

#### **3.5.1 - Iluminação e tomadas**

**3.5.1.1** - A contratada, mediante solicitações de serviços feitas por usuários e/ou pela Seção de Manutenção Elétrica, para atender eventuais acréscimos de equipamentos, alterações de layout, entre outros motivos, deverá instalar novos pontos de iluminação, tomadas, com a devida instalação das proteções necessárias, lançamento de cabos e condutos.

#### **3.5.2 - Cabeamento estruturado**

**3.5.2.1** - A contratada, mediante solicitações de serviços feitas por usuários e/ou pela Seção de Manutenção Elétrica, para atender eventuais acréscimos de equipamentos, alterações de layout, entre outros motivos, deverá efetuar o lançamento de cabos de par trançado e condutos, para atender a novo ponto de tomada de telecomunicações da rede de cabeamento estruturado, ficando a conectorização, crimpagem e teste de funcionamento sob responsabilidade da Secretaria de Tecnologia da Informação.

### **3.6 - Relatórios, laudos e pareceres**

**3.6.1** - A contratada emitirá mensalmente um relatório onde serão relacionados os serviços executados e os materiais consumidos no período correspondente, que será entregue juntamente com a fatura mensal, sem o qual a fatura não será atestada.

**3.6.2** - A contratada deverá salvar os dados de medição dos instrumentos registradores e do gerenciador de energia do sistema de automação predial, encaminhando-os mensalmente à Seção de Manutenção Elétrica para avaliação e arquivamento.

**3.6.3** - Anualmente, deverá ser feito um relatório das inspeções realizadas no SPDA, contendo as medições efetuadas e um laudo das condições do SPDA.

**3.6.4** - Deverá ser feito relatório fotográfico das atividades realizadas pela contratada, registrando as imagens antes, durante e após a execução dos serviços, o qual deverá ser anexado ao relatório mensal.

**3.6.5** - Realizar medições da qualidade da energia sempre que for solicitado pela fiscalização ou quando julgar necessário, para avaliar consumo de energia e/ou algum distúrbio na qualidade da energia de determinado circuito ou equipamento, gerando os relatórios correspondentes, registrados por analisadores de energia.

### **3.7 - Prontuário das instalações**

**3.7.1** - A contratada deverá manter esquemas unifilares atualizados das instalações elétricas dos prédios do TRF com as especificações do sistema de aterramento e demais equipamentos e dispositivos de proteção (conforme item 10.2.3 da NR 10/2004).

**3.7.2** - A contratada deverá manter o Prontuário de Instalações Elétricas, contendo, além do disposto acima:

- a) conjunto de procedimentos e instruções técnicas e administrativas de segurança e saúde, implantadas e relacionadas à NR 10/2004 e descrição das medidas de controle existentes;
- b) documentação das inspeções e medições do sistema de proteção contra descargas atmosféricas e aterramentos elétricos;
- c) especificação dos equipamentos de proteção coletiva e individual e o ferramental, aplicáveis conforme determina a NR 10/2004;
- d) documentação comprobatória da qualificação, habilitação, capacitação, autorização dos trabalhadores e dos treinamentos realizados;
- e) resultados dos testes de isolamento elétrica realizados em equipamentos de proteção individual e coletiva;
- f) certificações dos equipamentos e materiais elétricos em áreas classificadas;



- g) relatório técnico das inspeções atualizadas com recomendações, cronogramas de adequações, contemplando as alíneas de "a" a "f".
- h) descrição dos procedimentos para emergências;
- i) certificações dos equipamentos de proteção coletiva e individual;

**3.7.3** - O Prontuário de Instalações Elétricas deve ser organizado e mantido pela contratada, devendo permanecer à disposição dos trabalhadores envolvidos nas instalações e serviços em eletricidade e da fiscalização, conforme item 10.2.6 da NR 10/2004.

**3.7.4** - Os documentos técnicos previstos no Prontuário de Instalações Elétricas devem ser elaborados pelo engenheiro eletricista e/ou técnico em eletrotécnica, profissionais habilitados e autorizados, conforme item 10.2.7 da NR10/2004.

#### **4 – INFRAESTRUTURA MÍNIMA NA SEDE DO CONTRATANTE:**

4.1 – A Contratada deverá possuir e instalar nas dependências deste Tribunal, em local a ser estabelecido pela Subsecretaria de Obras e Manutenção Predial - SMAN, os seguintes recursos de informática, com as seguintes configurações e quantitativos mínimos:

- 01 microcomputador, 01(uma) impressora, para uso da Equipe técnica residente.

##### **Computador:**

- HD de 1 TB / 7.200 RPM – padrão SATA;
- *Drive* de leitura de Blu-ray e gravação de DVD e CD-RW;
- Memória RAM de 16 Giga;
- Processador Core i7;
- Placa de vídeo dedicada (off-board) otimizada para trabalhar com AUTOCAD 2013 ou superior;
- Teclado padrão ABNT2 e mouse óptico com *scroll*;
- Conexões VGA e PS2, 03 USB 2.0 (02 frontais e 01 traseira) e leitor de cartões de múltiplos formatos.
- Fonte de alimentação bivolt – 500 W;
- Monitor LCD de 21 /21,5 ou 22 polegadas, bivolt;
- Com licenças dos *softwares*: Autocad 2013 ou superior, Windows 7, 64 bits, Professional ou superior e Office 2013 (Home and Student) para Word e Excel (versões mínimas).

##### **Impressora:**

- Do tipo laser, colorida, para A4.

4.2 – A Contratada deverá providenciar material de expediente: canetas, papéis de impressão A4, lápis, borrachas, pranchetas, blocos de anotações, agendas, blocos adesivos para recados, grampeadores, furadores de papel, clips e agendas, nos quantitativos necessários a execução diária dos serviços pela equipe.

**4.3** - A Contratada deverá providenciar o material de limpeza em quantitativo necessário para as suas atividades, o que inclui, minimamente, dentre outros itens: saco de lixo grande (200 litros), saco de lixo pequeno (40 litros), detergente líquido biodegradável, álcool gel, pano para limpeza, esponja e papel toalha em bobina.

## **5 – PREPOSTO:**

5.1 – A Contratada deverá manter preposto aceito pela SELETA - Seção de Manutenção Elétrica do TRF da 2ª Região, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

5.2 - O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração do Tribunal, deverá se apresentar à unidade fiscalizadora, tão logo seja firmado o contrato, para assinar, com o servidor designado para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado a registrar as principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e à execução do contrato, relativos à sua competência.

5.3 - O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

5.4 - A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

5.5 - O preposto deverá manter contato com o(s) fiscal(is) do contrato, com o objetivo de sanar qualquer demanda, da área de administração de pessoal, da área de fornecimento de material ou da área de manutenção dos equipamentos, objetos desse contrato.

## **6 - EFETIVO MÍNIMO:**

6.1 - A Contratada deverá selecionar profissionais idôneos, especializados e com curso de graduação, técnico ou capacitação, conforme o caso, para a execução dos serviços com vista à obtenção de excelente nível de qualidade de serviço, conforme o efetivo mínimo do quadro abaixo:

<b>Função</b>	<b>Quantitativo</b>	<b>Regime de Trabalho</b>
Engenheiro eletricista de manutenção	01	10:00 às 16:00 h, de segunda a sexta-feira
Técnico em eletrotécnica	02	07:00 às 19:00 h, escala 12 x 36 h
Técnico em eletrotécnica	02	19:00 às 07:00 h, escala 12 x 36 h
Eletricista de manutenção	04	07:00 às 16:48 h, de segunda a sexta-feira
Eletricista de operação e manutenção	02	07:00 às 19:00 h, escala 12 x 36 h
Eletricista de operação e manutenção	02	19:00 às 07:00 h, escala 12 x 36 h



6.2 - A Contratada deverá apresentar aos gestores do Contrato a relação de empregados credenciados a prestar os serviços, a programação e o horário dos mesmos, e os respectivos dados de registro e de habilitação no CREA.

6.3 - A Contratada deverá se reportar sempre e exclusivamente à fiscalização do Núcleo de Manutenção Predial – NUMAN.

6.4 – A equipe residente deverá obrigatoriamente possuir, no seu corpo técnico, dentre os ocupantes da função de técnico em eletrotécnica, 01 (um) funcionário habilitado a executar as seguintes atribuições: serviço de elaboração e preenchimento de relatórios técnicos, digitados em microcomputador, e modificações em projetos elaborados por meio de AUTOCAD 2013 ou versão mais recente.

6.5 - Os serviços emergenciais de caráter corretivo, executados fora do horário normal de trabalho, definido na tabela do **item 6.1**, desde que previamente autorizados pelo Contratante, serão reembolsados à Contratada tomando-se por base os valores apresentados na planilha de composição do custo da mão de obra, devendo, neste caso, a Contratada apresentar demonstrativo do cálculo utilizado para fins de determinação do valor devido.

6.6 - Atividades a serem desenvolvidas pelos profissionais:

6.6.1 - **Engenheiro eletricista:** Supervisão da equipe técnica de manutenção elétrica, condução de serviços de maior complexidade técnica, elaboração de análise de risco, procedimentos de trabalho, manobra dos circuitos dos painéis de média e baixa tensão, análise de qualidade de energia e das termografias, relatórios e laudos técnicos relacionados ao objeto do contrato, manter atualizado o prontuário das instalações elétricas, as plantas de instalações elétricas, os esquemas unifilares, multifilares e funcionais, manter a equipe atualizada quanto às normas técnicas e regras de conduta de trabalho no TRF, diagnosticar anomalias nos equipamentos e sistemas elétricos prediais, tomado as medidas necessárias;

6.6.2 - **Técnico em eletrotécnica:** Manobra dos circuitos dos painéis de média e baixa tensão das subestações, inspeção visual das instalações e equipamentos, ensaios e testes em equipamentos, dispositivos e linhas elétricas, inspeção termográfica, registro de ocorrências nas subestações, manutenção de quadros de comando e de transferência, diagnosticar anomalias nos equipamentos e sistemas elétricos prediais, tomado as medidas necessárias, atendimento a chamados de emergência e reparos emergenciais em instalações e equipamentos elétricos nos prédios do TRF;

6.6.3 - **Eletricista de manutenção:** Substituição de lâmpadas e reatores, remoção e instalação de cabos elétricos e dispositivos de proteção, inspeção, medição e reparo em quadros de distribuição terminais, instalação e remoção de tomadas de corrente, atendimento a chamados de emergência e reparos emergenciais em instalações e equipamentos elétricos nos prédios do TRF;

6.6.4 - **Eletricista de manutenção e operação:** Leitura dos instrumentos de medição dos painéis das subestações, manobras em circuitos de baixa tensão das subestações com supervisão do técnico em eletrotécnica, limpeza do piso e da superfície dos painéis da subestação, registro de ocorrências nas subestações, atendimento a



chamados de emergência e reparos emergenciais em instalações e equipamentos elétricos nos prédios do TRF;

## **7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

7.1 - A Contratada deverá elaborar e apresentar Plano de Operação e Manutenção baseado nas orientações constantes no Edital. A apresentação do citado plano deverá, obrigatoriamente, ocorrer **no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato**. Após formalmente aprovado, o Plano de Operação e Manutenção deverá ser rigorosamente obedecido;

7.2 – A Contratada deverá apresentar, **dentro de 10 (dez) dias, contados do primeiro dia útil após a assinatura do Contrato, à NUMAN**, em relação a cada profissional, documentação comprobatória da capacitação, qualificação e habilitação dos mesmos, conforme descrito a seguir:

### **7.2.1 – engenheiro eletricista:**

7.2.1.1 - diploma ou certificado de conclusão de curso de engenharia elétrica, com ênfase em eletrotécnica, conferido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC;

7.2.1.2 - comprovação de registro profissional no CREA, com atribuições definidas no Art. 8º da Res. 218/1973-CONFEA;

7.2.1.3 - certificado de participação nos cursos básico-segurança em instalações e serviços com eletricidade e, ainda, de curso complementar-segurança no sistema elétrico de potência (SEP) e suas proximidades, com os conteúdos programáticos e carga horária, definidos no Anexo II da NR 10;

7.2.1.4 – “curriculum vitae” que comprove experiência profissional de, pelo menos, 5 (cinco) anos nessa atividade profissional;

### **7.2.2 – técnico em eletrotécnica:**

7.2.2.1 - diploma ou certificado de conclusão de curso técnico de nível médio em eletrotécnica ou equivalente, conferido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC;

7.2.2.2 - comprovação de registro profissional no CREA, com atribuições definidas nos Arts. 3º e 4º da Res. 278/1983-CONFEA;

7.2.2.3 - certificado de participação nos cursos básico-segurança em instalações e serviços com eletricidade e, ainda, de curso complementar-segurança no sistema elétrico de potência (SEP) e suas proximidades, com os conteúdos programáticos e carga horária, definidos no Anexo II da NR 10.

7.2.2.4 – “curriculum vitae” que comprove experiência profissional de, pelo menos, 5 (cinco) anos nessa atividade profissional;





7.2.3 – eletricitista:

7.2.3.1 - certificado de qualificação profissional como eletricitista de instalação de sistemas elétricos prediais, com carga horária mínima de 140 (cento e quarenta) horas, e sistemas de comandos elétricos, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas;

7.2.3.3 - certificado de participação no curso básico-segurança em instalações e serviços com eletricidade (para todos os profissionais), e certificado de participação no curso básico-segurança em instalações e serviços com eletricidade e, ainda, de curso complementar-segurança no sistema elétrico de potência (SEP) e suas proximidades (para o profissional que cumprirá o regime de 12x36 horas de trabalho), com os conteúdos programáticos e carga horária definidos no Anexo II da NR 10;

7.2.3.4 – “curriculum vitae” que comprove experiência profissional de, pelo menos, 5 (cinco) anos nessa atividade profissional;

7.3 – Toda a documentação acima referida, e em relação a cada um dos profissionais integrantes da equipe residente que prestará os serviços contratados, deverá ser submetida à apreciação do gestor do contrato dentro do prazo estipulado para o item 7.1, e, sempre que houver substituição de algum profissional, para análise, aprovação e autorização. A aprovação e a autorização serão comunicadas à Contratada mediante documento específico;

7.4 – A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato, ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) emitida pelo CREA, bem como comprovante de pagamento da taxa respectiva. O profissional responsável técnico será o engenheiro eletricitista indicado no item 7.2.1 .

7.4.1 – Em caso de o engenheiro eletricitista de manutenção sair do quadro de funcionários da Contratada dedicados ao Contrato, a ART do mesmo será baixada e nova ART em nome do substituto terá que ser feita;

7.5 - A contratada deverá permitir que seus empregados, quando prestando serviços nas dependências do Contratante, sejam vistoriados pela Segurança Interna;

7.6 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o TRF2, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao TRF ou a terceiros, durante ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis;

7.7 – A Contratada deverá manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do presente Contrato;





7.8 – A Contratada deverá refazer todo e qualquer serviço não aprovado pelo Contratante, sem qualquer ônus para o mesmo;

7.9 - Responderá a Contratada por qualquer acidente que venha a ocorrer com seus empregados, sendo de sua inteira responsabilidade o fornecimento de equipamento de proteção individual a seus funcionários;

7.10 - A contratada deverá afastar ou substituir qualquer empregado que, comprovadamente, e por recomendação da fiscalização, causar embaraço à boa execução da manutenção elétrica;

7.11 - Durante a execução de serviços de manutenção preventiva/corretiva das redes de média e de baixa tensão, a Contratada fornecerá os materiais de consumo necessários, discriminados na planilha constante do **Anexo VI** e em plena conformidade com as especificações técnicas, devendo usá-los para os serviços com racionalidade. Havendo imperiosa necessidade de maior quantitativo de quaisquer dos materiais citados, por demandas acima do normal, os mesmos poderão ser comprados pela Administração;

7.12 - Todos os materiais de reposição e recomposição deverão ser fornecidos pela Contratada, aos preços por ela propostos, nos termos deste Termo de Referência, os quais serão medidos pelos quantitativos efetivamente gastos e pagos pelo Contratante mensalmente. Para garantia de pronto atendimento, sob pena de incorrer em multa contratualmente prevista, a Contratada deverá manter, as suas próprias custas, estoque mínimo de materiais de reposição, o qual somente será pago quando de sua efetiva utilização.

7.13 - A Contratada apresentará notas fiscais, discriminando preço e quantidade de todos os materiais utilizados mensalmente, acompanhada de relação contendo os nomes dos produtos, marcas, quantidades, volumes, pesos etc.

7.14 - Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeiro uso e devem atender rigorosamente aos padrões especificados e às normas da ABNT.

7.15 - Todos os materiais fornecidos pela Contratada, que serão empregados nos serviços, deverão possuir garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante.

7.16 - A Contratada deverá providenciar a aquisição dos materiais em tempo hábil para a execução dos serviços de acordo com o cronograma. A fiscalização não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores.

7.17-Na hipótese de ocorrer falha na rede de média tensão, decorrente de defeito em algum material de consumo, que comprometa o andamento das atividades normais do Contratante, se obriga a Contratada a fornecer de imediato a referida peça, caso não exista no estoque do Contratante ou da Contratada, apresentando orçamento para avaliação por parte do mesmo. O Contratante poderá adquirir definitivamente a peça fornecida junto à Contratada, se o orçamento lhe convier, ou adquirir junto a terceiros e efetuar a devolução da peça nova à Contratada;



7.18 - A Contratada, além da mão de obra especializada, definida no item 6.1, deverá possuir e fornecer os equipamentos e ferramentas listados nas **planilhas constantes dos Anexos VII, VIII, IX, X, XI e XII**, nas marcas e modelos indicadas nas mesmas ou respectivos equivalentes técnicos, bem como outros recursos que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços. Não dispondo, por qualquer razão, no momento em que se fizer necessário, de quaisquer dos equipamentos listados ou, eventualmente, algum não relacionado, a Contratada deverá imediatamente proceder à locação, sendo vedado o repasse de custos e taxas para o Contratante:

7.18.1 - EQUIPAMENTOS - Medidor e registrador digital, trifásico, de grandezas elétricas, com memória de massa: (tensão, corrente, P (KW), P (kVA), P (kVAr), harmônicas de tensão e de corrente até a 11ª e multímetros digitais com medição de TRUE RMS, os quais deverão ficar permanentemente nas instalações do Contratante para, quando necessário, imediata utilização, e também: megômetro digital microprocessado; medidor digital de relação de transformação, termovisor, microohmímetro, hi-pot, luxímetro, terrômetro e caixa de calibração de relés;

7.18.2 – FERRAMENTAS DE USO COLETIVO – alicate amperímetro, alicate prensa terminal, alicate rebitor, arco de serra, lanterna, furadeira de impacto de 1/2", martelo, jogo de serra copo para metal, jogo de chave de catraca, jogo de chave estrela, jogo de chave de boca, jogo de chave Allen, jogo de brocas de aço rápido e jogo de brocas para concreto;

7.18.3 – FERRAMENTAS DE USO INDIVIDUAL – alicate de bico de 6" com isolamento para até 1000V, alicate de corte diagonal de 6" com isolamento para até 1000V, alicate universal de 8" com isolamento para até 1000V, jogo de chaves fenda/Philips com isolamento para até 1000V; detector de tensão, estilete, trena de aço com 3m e caixa para ferramentas em aço com 3 bandejas

7.19 - A listagem de material/equipamento/ferramenta constantes dos **Anexos VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII** não exime a CONTRATADA da total responsabilidade do fornecimento de outros materiais, insumos ou equipamentos (ou locação desses) que se façam necessários a uma prestação de serviços com a qualidade exigida pela FISCALIZAÇÃO.

7.19.1 - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato.

7.20 - Todo contato junto à concessionária será de exclusiva responsabilidade da Contratada tais como: aferições, medições, leituras, interrupções de energia, programação de serviços, etc;

7.21 - A contratada deverá emitir e apresentar à SELETA (Seção de Manutenção Elétrica) do NUMAN (Núcleo de Manutenção Predial) do Contratante, relatório técnico digitado, o qual terá a seguinte estrutura: descrição detalhada das irregularidades; medidas adotadas para correção; justificativa para a hipótese de a irregularidade não ter sido sanada; proposta de ações corretivas e preventivas; valores referentes às medições previstas neste Contrato;



7.22 - A Contratada deverá fornecer a todos os eletricitistas de manutenção e técnicos em eletrotécnica, mensalmente, auxílio refeição/alimentação ou cesta básica, conforme estabelecido na convenção coletiva firmada pelo sindicato representativo da categoria profissional (SINTRAINDISTAL), sem ônus adicional para o Contratante.

7.23 – A Contratada deverá fornecer para o engenheiro eletricitista de manutenção, mensalmente, em quantitativo igual ao número de dias úteis do mês, o auxílio alimentação/refeição com o valor diário estabelecido na convenção coletiva firmada pelo sindicato representativo da categoria profissional (SENGE-RJ e SARJ x SINAENCO-RJ).

7.24 - A Contratada se obriga a fornecer no último dia útil do mês anterior àquele em que serão utilizados, vales transportes em quantidade necessária ao deslocamento do beneficiário no seu trajeto residência x trabalho e vice-versa (Lei nº 7.418, de 16.12/85 Decreto nº 95.247, de 17.11.87), os quais deverão atender integralmente às necessidades do empregado.

7.24.1 - Poderá ser utilizado, nesse caso, o Bilhete Único (Lei nº 5.628, de 29/12/2009 e Lei nº 5.211, de 01/07/2010), desde que atenda às necessidades do empregado."

7.25 - A Contratada deverá prover para o engenheiro eletricitista de manutenção, mensalmente, o reembolso creche, nos termos do estabelecido na convenção coletiva firmada pelo sindicato representativo da categoria profissional (SENGE-RJ e SARJ x SINAENCO-RJ).

7.26 – A Contratada deverá fornecer, diariamente e sem ônus para o Contratante, café da manhã aos empregados dos turnos iniciados às 07:00 horas, nos termos da Lei Municipal nº 1418/1989 do município do Rio de Janeiro, em atendimento à referida Lei e ao disposto na convenção coletiva firmada pelo sindicato representativo da categoria profissional (SINTRAINDISTAL).

7.27 – A Contratada deverá proceder ao pagamento dos salários dos eletricitistas de manutenção e dos técnicos em eletrotécnica, em conformidade com o disposto na convenção coletiva firmada pelo sindicato representativo da categoria profissional (SINTRAINDISTAL).

7.28 – A Contratada deverá proceder ao pagamento do salário do engenheiro eletricitista de manutenção em conformidade com o disposto na convenção coletiva firmada pelo sindicato representativo da categoria profissional (SENGE-RJ e SARJ x SINAENCO-RJ).

7.29 - A Contratada deverá obedecer ao disposto na convenção coletiva firmada pelo sindicato representativo da categoria profissional (SENGE-RJ e SARJ x SINAENCO-RJ) aplicáveis ao engenheiro eletricitista de manutenção, relativo ao auxílio funeral, sem ônus para o Contratante.

7.30 - A Contratada deverá proceder ao pagamento do auxílio funeral dos eletricitistas de manutenção e dos técnicos em eletrotécnica, em conformidade com o estabelecido na convenção coletiva firmada pelo sindicato representativo da categoria profissional (SINTRAINDISTAL), sem ônus para o Contratante.



7.31 - A Contratada deverá cumprir o disposto na convenção coletiva firmada pelo sindicato representativo da categoria profissional (SINTRAINDISTAL), relativa aos eletricitas de manutenção e técnicos em eletrotécnica que sejam estudantes e prover a substituição dos mesmos durante o período de afastamento, sem ônus adicional para o Contratante.

7.32 - A Contratada deverá prover a substituição do engenheiro eletricitista de manutenção, sem ônus para o Contratante, em função das ausências legais do mesmo, previstas na convenção coletiva firmada pelo sindicato representativo da categoria profissional (SENGE-RJ e SARJ x SINAENCO-RJ).

7.33 - A Contratada deverá prover a substituição dos eletricitas de manutenção e técnicos em eletrotécnica, sem ônus para o Contratante, em função das ausências dos mesmos, previstas na convenção coletiva firmada pelo sindicato representativo da categoria profissional (SINTRAINDISTAL), que trata do falecimento de ascendente ou descendente.

7.34 - A Contratada deverá fornecer a todos os eletricitas de manutenção e técnicos em eletrotécnica, o estabelecido na convenção coletiva firmada pelo sindicato representativo da categoria profissional (SINTRAINDISTAL), relativo ao seguro de vida em grupo, sem ônus para o Contratante.

7.35 - A Contratada deverá fornecer ao engenheiro eletricitista de manutenção, o seguro de acidentes pessoais estabelecido na convenção coletiva firmada pelo sindicato representativo da categoria profissional (SENGE-RJ e SARJ x SINAENCO-RJ), sem ônus para o Contratante.

7.36 - A Contratada deverá fornecer, sem ônus para o Contratante, ao engenheiro eletricitista de manutenção, o plano de assistência médica/hospitalar nos termos previstos na convenção coletiva firmada pelo sindicato representativo da categoria profissional (SENGERJ e SARJ x SINAENCO-RJ).

7.37 - A Contratada deverá realizar a reciclagem tecnológica do engenheiro eletricitista de manutenção, nos termos previstos na convenção coletiva firmada pelo sindicato representativo da categoria profissional (SENGE-RJ e SARJ x SINAENCO-RJ).

7.37.1 - Em decorrência do estabelecido no item anterior, a Contratada deverá providenciar, sem ônus adicional para o Contratante, carga horária mínima de treinamento tecnológico em disciplinas de engenharia elétrica, de 24 (vinte e quatro) horas por ano, para o engenheiro eletricitista de manutenção.

7.38 - A Contratada deverá prover a substituição do engenheiro eletricitista de manutenção, sem ônus para o Contratante, em função das ausências para reciclagem tecnológica descritas no subitem **7.37.1**.

7.39 - O Contratante, observada a legislação vigente, optará pelo sistema de compensação de horas, para os empregados que executarem tarefas fora do horário normal de funcionamento do Contratante ou adequará provisoriamente a jornada de



trabalho, de forma que suas necessidades sejam atendidas sem prejuízos para a execução dos serviços contratados."

7.40 – A Contratada utilizará na prestação dos serviços objeto do presente Contrato, equipamentos e materiais de primeira qualidade e suficientes à realização dos serviços;

7.41 - A Contratada deverá fornecer livro com folhas numeradas e sequenciais, que será utilizado como Livro de Registro de Ocorrências da Manutenção, o qual deverá ser semanalmente, ou quando solicitado, apresentado à Fiscalização do Contratante, e ter suas folhas rubricadas pelo engenheiro eletricista responsável pelos serviços e pela fiscalização;

7.42 – A Contratada deverá executar os serviços de maneira a não interferir nas atividades do Contratante;

7.43 – A Contratada deverá fornecer uniformes completos, EPIs, crachás e as devidas ferramentas para utilização individual de seus empregados;

7.44 - Substituir, imediatamente, após recebimento da ordem de serviço correspondente, qualquer empregado ou subordinado seu que, à critério da fiscalização do Contratante, venha a demonstrar conduta nociva, incapacidade técnica ou mantenha atitude hostil para com os Fiscais, prepostos do Contratante, servidores ou qualquer pessoa presente nos prédios do TRF2;

7.45 - Os horários de expediente e de intervalo para refeição serão controlados através de cartões individuais de ponto, onde constarão o nome completo, função e horário de expediente dos empregados da Contratada;

7.46 – A Contratada manterá atualizada junto ao Contratante, inclusive a cada nova contratação de funcionário a ser alocado neste Tribunal, a relação nominal dos funcionários designados para a prestação dos serviços contendo: nome, endereço, telefone, função, a data de admissão e qualquer alteração na sua frequência, como atestados e faltas.

7.47 – A falta de qualquer empregado será suprida dentro da primeira hora, completando o efetivo contratado, sem nenhum ônus extra para o Contratante. Caso a substituição do(s) empregado(s) faltoso(s) não seja providenciada pela contratada, a(s) ausência(s) será(ão) anotada(s) pelo Contratante, que procederá o desconto do valor correspondente a ser pago, sem prejuízo das penalidades previstas neste Contrato.

7.48 - A contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos e redução de desperdícios, adotando as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços:

7.48.1) Efetivar a separação adequada dos resíduos gerados nas atividades de manutenção da rede elétrica;

7.48.2) Adotar manuais de procedimento de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como lâmpadas fluorescentes, que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, para repasse aos estabelecimentos que comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, fabricantes ou importadoras;"



## **8 – DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONTRATO:**

8.1 – A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme solicitado pela fiscalização:

8.1.1 - Extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço – FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da Contratada;

8.1.2- Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o Órgão ou Unidade contratante; cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) de qualquer mês da prestação dos serviços ou ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários;

8.1.3 - Os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, auxílio alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

8.1.4 - Os comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei;

8.1.5 - Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada.

8.2 - A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante no início e no término da execução contratual, ou em caso de admissão/demissão de empregados:

8.2.1 - No primeiro mês da prestação dos serviços:

8.2.1.1 - Até 1 (um) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF;

8.2.1.2 - Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências do TRF2 de empregados não inclusos na relação;

8.2.1.3 - Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização;

8.3 - Até 15 (quinze) dias após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de novo empregado, a Contratada deverá apresentar cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais das CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, e dos exames médicos admissionais dos empregados da Contratada.

8.4 - Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), em relação aos empregados que forem demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do contrato, a Contratada deverá apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:



8.4.1 - Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

8.4.2 - Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

8.4.3 - Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.

8.5 - A Contratada está obrigada a oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS sempre que solicitado pela fiscalização;

8.6 - Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a Contratada terá o prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados a partir do recebimento de diligência da fiscalização, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente;

8.7 - O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da Contratada em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais;

8.8 – O Contratante designará servidor para acompanhamento e fiscalização do Contrato, atividade que consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, competindo à fiscalização, entre outras atribuições:

8.8.1 - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

8.8.2 - Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações

8.9 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

## **9 – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS -ANS**

### **9.1- DISPOSIÇÕES GERAIS**

**9.1.1** - Fica estabelecido entre as partes o Acordo de Nível de Serviços - ANS, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA;

**9.1.2** - A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;



- 9.1.3** - As situações abrangidas pelo Acordo de Nível de Serviços - ANS se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.
- 9.1.4** - O CONTRATANTE poderá alterar a metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA;

## **9.2- DOS PROCEDIMENTOS**

- 9.2.1- O Gestor do Contrato designado pelo CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto a preposto indicado pela CONTRATADA.
- 9.2.2 - Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Gestor do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos.
- 9.2.3 - A notificação quanto a existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato.
- 9.2.4 - Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Gestor do Contrato preencherá termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido;
- 9.2.5 - O termo de notificação será imediatamente apresentado ao preposto da CONTRATADA, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu "visto" no documento, que ficará sob a guarda do Gestor do Contrato.
- 9.2.6 - Havendo divergências quanto à veracidade dos fatos, deverá o preposto da CONTRATADA registrar suas razões no próprio termo de notificação.
- 9.2.7 - Em até cinco dias úteis anteriores à apresentação da fatura mensal para ateste e pagamento, o Gestor do Contrato informará à CONTRATADA o resultado da avaliação mensal do serviço.
- 9.2.8 - A CONTRATADA, de posse das informações repassadas pelo Gestor do Contrato, emitirá fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pelo CONTRATANTE os descontos relativos à aplicação do Acordo de Nível de Serviços.
- 9.2.9 - O Gestor do Contrato, ao receber da CONTRATADA as faturas mensais para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados.



9.2.10 - Verificada a regularidade da fatura, o Gestor do Contrato juntará a esta os termos de notificação produzidos no período, e a encaminhará para pagamento.

### 9.3 - DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO

9.3.1 - O sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência.

9.3.2 - As ocorrências são dispostas em três níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível uma pontuação determinada, conforme tabela abaixo.

OCORRÊNCIAS	GRAU da infração
<b>Ocorrências tipo 01</b> = Situações brandas que não caracterizam interrupção na prestação dos serviços, mas que comprometem sua realização de maneira satisfatória, tais como:  a) atraso no cumprimento de obrigações relativas ao serviço;  b) serviços executados de maneira relapsa ou descuidada;  b) conduta inadequada;  c) empregado sem uniforme, identificação, equipamento, máquina ou utensílio de uso obrigatório.	1 ponto
<b>Ocorrências tipo 02</b> = Situações que caracterizam interrupção na prestação do serviço, tais como:  a) não cumprimento de obrigações relativas ao serviço após reiterada solicitação para fazê-lo;  b) ausência de material de consumo obrigatoriamente fornecido pela contratada;	2 pontos
<b>Ocorrências tipo 03</b> = Situações que caracterizam interrupção na prestação do serviço e comprometem a rotina ou o patrimônio da Instituição, tais como:  a) dano ao patrimônio;  b) conduta perigosa que ponha em risco a segurança de terceiros;  c) empregados desguarnecidos de equipamentos de proteção individual;  d) reiterada ausência de material ou equipamento obrigatoriamente fornecido pela contratada.	3 pontos



#### 9.4 - DA FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO

9.4.1 - A faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas no período de avaliação, conforme tabelas abaixo:

**Tabela 1**

GRAU DA INFRAÇÃO	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES COMETIDAS DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	7 ou mais
2	6 ou mais
3	5 ou mais
4	4 ou mais
5	3 ou mais
6	2 ou mais

**Tabela 2**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 300,00
2	R\$ 500,00
3	R\$ 700,00
4	R\$ 900,00
5	R\$ 2.000,00
6	R\$ 5.000,00

#### 9.5 - DA CARACTERIZAÇÃO DOS TIPOS DE OCORRÊNCIA:

ITEM	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado ou por ocorrência
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	3	Por empregado e por dia
3	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
4	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material.	2	Por ocorrência
5	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	3	Por dia e por posto
6	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	2	Por ocorrência
7	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	1	Por ocorrência
8	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	2	Por ocorrência

9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	3	Por ocorrência
10	Retirar das dependências do TRF2 quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	2	Por item e por ocorrência
11	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da Contratante.	2	Por empregado e por ocorrência
	Deixar de:		
12	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	Por empregado e por dia
13	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia
14	Manter a documentação de habilitação atualizada.	3	Por item e por ocorrência
15	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela fiscalização.	2	Por ocorrência
16	Cumprir determinação da fiscalização para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
17	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização.	2	Por ocorrência
18	Efetuar a reposição de funcionários faltosos.	2	Por ocorrência
19	Efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, vales-refeições, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	2	Por dia e por ocorrência
20	Entregar o uniforme aos funcionários nas datas e periodicidades previstas.	1	Por dia
22	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	2	Por ocorrência e por dia
23	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados.	2	Por ocorrência e por dia
24	Apresentar o plano de ações de manutenção corretiva em até 30 (trinta) dias do início do contrato.	1	Por dia
25	Apresentar Plano de Operação e Manutenção em até 30 (trinta) dias do início do contrato.	1	Por dia
26	Cumprir Plano de Operação e Manutenção aprovado formalmente pela fiscalização do contrato.	1	Por ocorrência
27	Apresentar prontuário das instalações atualizado em data definida pela fiscalização do contrato.	1	Por dia
28	Manter infraestrutura mínima na sede do contratante, conforme item 4 do Anexo I-Termo de Referência e não restaurar a condição de	2	Por ocorrência e por dia



	operabilidade da mesma no prazo definido pela fiscalização do contrato.		
29	Apresentar documentação comprobatória da capacitação, qualificação e habilitação do engenheiro eletricista, técnico em eletrotécnica e eletricista em até 30 dias após a assinatura do contrato.	3	Por ocorrência e por dia
30	Apresentar documentação comprobatória da capacitação, qualificação e habilitação do engenheiro eletricista, técnico em eletrotécnica e eletricista, em caso de substituição de algum profissional do contrato em até 30 dias da ocorrência da mesma.	3	Por ocorrência e por dia
31	Baixar a ART do engenheiro egresso do contrato e registrar nova ART do engenheiro substituto.	1	Por ocorrência
32	Fornecer os materiais e equipamentos elencados neste contrato que se façam necessários aos serviços.	2	Por ocorrência
33	Fornecer ferramentas de uso coletivo e individual elencados neste contrato que se façam necessários aos serviços.	2	Por ocorrência
34	Efetuar os contatos junto à concessionária de energia elétrica, quando a fiscalização não puder fazê-lo (feriados e dias sem expediente).	1	Por ocorrência
35	Utilizar e possuir os EPIs adequados a cada atividade.	3	Por ocorrência
36	Substituir lâmpadas ou painéis de LED quando defeituosos.	1	Por hora de atraso, salvo justificativa.
37	Substituir reatores ou drivers de LED quando defeituosos.	1	Por hora de atraso, salvo justificativa.
38	Apresentar certificado de calibração dos instrumentos de medição no início do contrato e em até 30 dias de cada renovação do contrato.	1	Por ocorrência e por dia
39	Realizar as medidas de controle do item 10.2 da NR-10.	2	Por ocorrência
40	Realizar os testes previstos no item 10.7.8 da NR-10.	2	Por ocorrência